

Grupo de Trabalho

- o CVI
- o DGT
- o CTCV
- o TACV
- o BIA
- o PATONE
- o Paulino Dias
- o EHTCV
- o SDTIBM
- o CPE

TURISMO

CLUSTER DE PRIMEIRO NÍVEL

Deve ter uma ascendência em termos de
prioridade aos demais

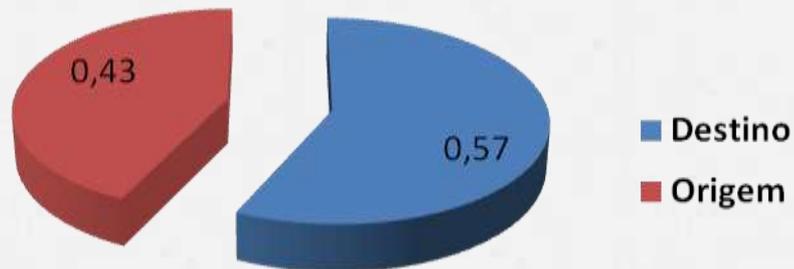
1) Onde é que estamos?

- Sector em crescimento - dormidas cresceram 24,5% em 2011, atingindo 2.827.562
- As receitas do turismo atingiram 22.023 milhões de ecv em 2010
- As receitas do turismo no PIB fixaram-se nos 17,8% do PIB em 2010
- A participação nos serviços foi de 51,7%
- Mercado emissor dependente da zona Euro – 67% das entradas de turistas e do Reino Unido – 21%
- Ilha da Boavista – principal mercado de destino em 2011 - 38,9% dos hóspedes; Sal, 35,4% dos hóspedes.

1) Onde é que estamos -2011

- Estabelecimentos hoteleiros - 195
- Quartos - 7.901
- Camas - 14.076
- Capacidade de alojamento - 17.025
- Pessoal ao serviço - 5178
- Hospedes - cresceram 24,5% para 475.294
- Dormidas - cresceram 20,7% para 2.827.562
- Boavista - 38,9% de entradas e 47,2% de dormidas
- Sal - 35,4% de entradas e 42,9% de dormidas

Estrutura do Gasto Turístico Receptor



	Gasto médio Total	Gasto médio no destino	Gasto médio na origem
Alemanha	41.097	23.425	17.672
Bélgica	27.812	15.853	11.959
Espanha	30.671	17.482	13.188
França	40.410	23.034	17.376
Holanda	28.454	16.219	12.235
Itália	25.446	14.504	10.942
Portugal	29.524	16.829	12.695
Reino Unido	42.208	24.058	18.149
Outros	28.961	16.508	12.453

1) Onde é que estamos?

- ▶ Da estrutura de gasto do turismo receptor aproximadamente 57% é realizada em Cabo Verde;
- ▶ Mais 43% dos visitantes consideram os transportes aéreos mau ou muito mau.
- ▶ Mais de 50% dos visitantes consideram os transportes públicos mau ou muito mau.

- ▶ Mais de 80% dos visitantes consideram que os serviços turísticos prestados em Cabo Verde são bons;

- ▶ Mais de 90 % dos visitantes pretendem regressar novamente ao destino (Cabo Verde).

PAÍSES	MOTIVO PRINCIPAL DE VIAGEM				
	VIAGENS DE NEGÓCIOS E MOTIVOS PROFISSIONAIS	FÉRIAS	FAMILIARES	OUTROS MOTIVOS	TOTAL
Alemanha	2,3	94,3	2,3	1,1	100,0
Bélgica	,0	98,5	,0	1,5	100,0
Espanha	35,9	57,8	,0	6,3	100,0
França	7,4	87,7	3,7	1,2	100,0
Holanda	2,5	96,2	1,3	,0	100,0
Itália	2,5	91,5	4,2	1,7	100,0
Portugal	30,4	61,7	3,2	4,8	100,0
Reino Unido	1,1	98,9	,0	,0	100,0
Outros	19,4	66,8	4,6	9,2	100,0
Total	12,4	81,7	2,5	3,4	100,0

2) Quais os principais constrangimentos e desafios? – Pontos Fracos (1)

- Eixo Boa Governação
 - O turismo não tem o aporte institucional de sector estratégico líder da economia de Cabo Verde – a DGT não tem os meios necessários para implementar e monitorar o plano de desenvolvimento sectorial;
 - A estratégia de promoção de Cabo Verde no exterior é desarticulada e fragmentada entre diferentes *stakeholders* – CVI, Câmaras de Comércio, DGT. Há necessidade de potenciar e engajar um interlocutor líder de referência que tenha os devidos meios – mobilizando também o sector privado.
 - Inexistência de uma estratégia adequada de diversificação do produto turismo (e.g. rural, natureza, etc.) e fraca internalização da marca Cabo Verde. Necessidade de regulamentar devidamente outros segmentos de turismo de acordo com as melhores práticas e standards de qualidade. Tomar o exemplo de outras pequenas economias insulares;
 - A gestão do ciclo de investimento é um processo arbitrário, lento e pouco transparente.

2) Quais os principais constrangimentos e desafios? – Pontos Fracos (2)

Eixo Boa Governação (2)

- O planeamento sectorial é fraccionado e ineficiente - deficiente articulação entre sectores público e privado;
- Inexistência ou fraco *enforcement* de critérios técnico-normativos de segurança de bens, pessoas e capitais (e.g. regulamentação alimentar, branqueamento de capitais, funcionamento da justiça);
- Fraca capacidade estatística do sector - inexistência de conta satélite do turismo;
- Política fiscal dispersa e uma administração fiscal inibidora do desenvolvimento do sector privado – arbitrariedade e lentidão na concessão de benefícios fiscais – deficiente aplicação e *enforcement* da lei de benefícios em vigor;
- Planeamento e ordenamento do território ineficaz - existência de ZDTI´s delimitadas, reduzindo e delimitando o conceito de destino integrado – gestão bicéfala e fraccionada do destino turístico;
- Fraca regulação e controlo de produtos marca Cabo Verde – necessidade de certificar segundo padrões internacionais.

2: Quais os principais constrangimentos e desafios? – Pontos fracos (3)

o Eixo Sector Privado

- Os operadores nacionais têm um papel reduzido;
- Dificuldade no acesso ao crédito – fragilidade do sistema financeiro;
- Fraca componente local e nacional no produto turístico;
- Cultura de prestação de serviços pouco desenvolvida,
- Funcionamento lento de serviços de notariado e registo;
- Má qualidade, difícil acesso e custo elevado de factores – e.g. telecomunicações (internet), energia, água, infra-estruturas públicas (aeroportos)
- Morosidade dos serviços de controlo de fronteira;
- Falta de competitividade fiscal - funcionamento da justiça moroso e lento.
- Necessidade de fomentar estratégias de responsabilidade social por parte dos operadores turísticos.
- Legislação laboral pode ser melhorada (mantendo no entanto um equilíbrio entre a competitividade e a protecção social).

2: Quais os principais constrangimentos e desafios? – Pontos fracos (4)

- o Eixo Capital Humano
 - Recursos humanos pouco qualificados - sistema de ensino não otimizado para a procura de serviços da indústria turística – necessidade de desenvolver competências acrescidas nas áreas de línguas, história, TIC´s, etc; EHTCV é um bom primeiro passo mas é necessário promover condições equitativas de acesso por parte de formandos em outras ilhas que não Santiago;
 - Coesão social é uma preocupação – necessidade de contemplar a sustentabilidade e integração do turismo com as populações locais.
- o Eixo Infra-estrutura
 - Transportes aéreos, marítimos e terrestres pouco fiáveis e de elevado custo – transporte inter-ilhas é um constrangimento chave;
 - Mobilidade social inter-ilhas – falta de capacidade de absorção a nível de infra-estruturas residenciais nas ilhas foco de turismo (e.g. Sal e Boavista).
- o Eixo Afirmação da Nação Global
 - Inexistência de uma diplomacia económica ao serviço do turismo – necessidade de colocar a rede diplomática ao serviço da marca Cabo Verde no sentido de potenciar estratégias de promoção de baixo custo e impacto elevado.
 - Burocracia excessiva na concessão de vistos.

3: Que Oportunidades?

- Excelentes condições naturais para o desenvolvimento do turismo de sol e mar e boa localização geográfica próxima de mercados chave;
- Potencial a nível de ligação de diferentes negócios (e.g. cultura, agro negócios) à actividade turismo enquanto âncora de desenvolvimento – criação de *cluster* do turismo: integrar os negócios de hotelaria, alojamento, restauração, animação, transportes, cultura, pescas, agricultura, artesanato, TIC's, sistema financeiro.
- Excelente potencial de segmentação e diversificação – turismo de saúde, natureza, ecoturismo rural, conferências, negócios, histórico – a diversidade e heterogeneidade das ilhas propicia o desenvolvimento de uma oferta turística diferenciada;

3: Que Oportunidades? (2)

- Quadro fiscal propício à atracção de IDE necessitando no entanto de melhorias;
- O mercado da diáspora enquanto potencial fonte de turistas e investidores;
- Potencial de desenvolvimento de uma massa crítica a nível de sector privado e conseqüente redução da dependência externa do país de APD;
- Necessidade de rentabilizar os investimentos públicos realizados em grande escala nos últimos anos (e.g. infra-estruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias);
- População jovem à procura do mercado de trabalho e com formação profissional disponível (EHTCV).

Ameaças

- o Forte concorrência internacional, mesmo dos países desenvolvidos num contexto de crise financeira internacional;
- o Fenómenos sociais negativos ligados à absorção pobre da mobilidade social que a indústria turística gera;
- o Forte dependência de um tipo de turismo - *all inclusive* sol e mar;
- o Cartelização e forte dependência de poucos operadores estrangeiros que controlam uma parte importante do fluxo de turistas;
- o Alterações climáticas adversas.

4) Como é que podemos aproveitar as oportunidades e minimizar e resolver os constrangimentos?

Governação do Sector

- Rever toda a governação institucional do sector –
 - Adjudicar uma perícia que possa realizar o diagnóstico institucional de todos os *stakeholders* do sector, identificar as respectivas fraquezas e avançar uma proposta sólida para a remodelação com respectivo plano de acção;
 - Na óptica do grupo deverá ser privilegiado um modelo de “gestor de negócio” que retire a fragmentação de competências e responda efectivamente por diversas responsabilidades (e.g. análise de mercado, regulação técnica do sector, monitoria estatística, etc.);
 - Há necessidade de resolver a ambiguidade entre regulação técnica e a fiscalização (e respectivos intervenientes) – gestão *a posteriori* da conformidade dos investimentos;
- Criar um ciclo de gestão de projectos de investimento no sector que seja transparente, com incentivos e deveres claros a todos os intervenientes, e que prime também pela rapidez de resposta com forte ênfase em tecnologias TIC no rastreio e o devido *enforcement* das normativas – gestão *a priori*.

4) Como é que podemos aproveitar as oportunidades e minimizar e resolver os constrangimentos?

Estratégia de Promoção/Comercialização

- o Privilegiar uma óptica de estratégias de baixo custo e alto impacto recorrendo às tecnologias de informação;
- o Pensar a promoção de uma forma integrada (e.g. não dividir entre externa e interna);
- o Promover um *tour operator* endógeno (potencialmente em regime de PPP) que consiga, entre outros:
 - o Providenciar um ponto de referência online de informação sobre Cabo Verde;
 - o Ligar a cadeia de abastecimento e dar um espaço de divulgação a operadores turísticos nacionais (com uma aposta forte em TIC – e.g. mostrar online os quartos);
 - o Promover *linkages* com outros clusters nacionais (e.g. transporte, cultura);
 - o Facilitar a função de regulador/fiscalizador por parte do Estado – mecanismo de denúncias.

Como?

- o Financiamento do sector (papel decisivo e agressivo do Estado em facilitar acesso ao capital para empresas do sector):
 - o Criação de veículos de financiamento, especificamente um Fundo, que procure alavancar todas as fontes possíveis de financiamento para projectos de turismo de PME's nacionais - bancos, fundos, instituições financeiras e fundações, fundos soberanos;
 - o Criação de uma capacidade nacional institucional para a mobilização de recursos de grandes instituições internacionais activas no apoio ao sector privado;
 - o Mecanismos de garantias para o financiamento;
 - o Fundo de garantia ao investimento privado (inclusive com retrocessão por parte do Estado a privados);
 - o Receita consignada do proposto "selo" (em substituição do visto) para financiamento da estratégia de promoção (onde é identificado o maior défice de financiamento);

Como?

- o Ambiente de negócios
 - o Melhoria do ambiente de negócios
 - o Acesso ao crédito (medidas supramencionado);
 - o Código laboral – é constrangimento mas deverá ser abordado de forma equilibrada;
 - o Transportes – reduzir os custos (taxas) e aumentar nível de serviço dos transportes inter-ilhas e internacional – mercado étnico;
 - o Melhoria dos serviços públicos associados ao sector (conforme especificado no pilar boa governação slide anterior);
- o Protecção contra choques externos
 - o Dotação de CV de mecanismos de protecção de choques externos
 - o Dotação de CV de mecanismos de protecção das empresas contra choques externos

Como?

- Consolidação dos produtos turístico – sol e praia
 - Promover a sua consolidação e actividades complementares (náuticas, desportivas, etc.)
 - Diversificação dos mercados emissores e de segmentos de mercado:
 - Turismo de terceira idade e de saúde
 - Turismo de natureza, turismo rural, cultura;
 - Turismo de cruzeiro.
- Qualidade da oferta
 - Promoção da qualidade da oferta turística
 - Soluções de emulação com vista à promoção da qualidade da oferta turística (importação de modelos de negócio consagrados).

Como?

- Sistema fiscal / confiança
 - Rating de B para A
 - Estabilidade macroeconómica
 - PEC – plurianual
 - Tectos constitucionais para o défice e o endividamento e constitucionalização de uma maioria reforçada para a criação e alteração de impostos
 - Isentar da tributação a poupança
 - Isentar de tributação o investimento
 - Criar a confiança e previsibilidade fiscais
 - Reforçar a competitividade fiscal: - aumentar a previsibilidade fiscal – criação de um manual de interpretação das normativas de forma standardizada.
 - Ancorar a tributação na despesa, nomeadamente no IVA, com taxas reduzidas e simples.
- Reforma do Estado – Regulador contra Estado onnipresente, intervencionista, largamente empresário, ineficiente e ineficaz

Como?

- o Integração do sistema de transportes na estratégia da indústria turística nacional
- o Low cost generalizado
- o Política de céu aberto

A VISÃO DO CLUSTER

- o Um turismo competitivo e sustentável de alto valor acrescentado, voltado para o segmento médio/alto, e ancorado nas indústrias e serviços produzidos localmente.

6: Os nossos objectivos para os próximos 5 anos

- o Contexto:
- o Retoma do crescimento do turismo a nível mundial;
- o Retoma do dinamismo do sector da imobiliária turística em Cabo Verde a partir de 2014;

6: Os nossos objectivos para os próximos 5 anos

- TOP 10 dos PPI/PEI – ranking global – explorar a correlação entre investimento em turismo e desenvolvimento económico.
- Contribuição no PIB – de 18% em 2010 para 25% em 2013
- Índice do turismo – superior a 1 - Crescimento do turismo para Cabo Verde a taxas médias anuais mínimas de 15%, chegando a 1.000.000 em 2016 - índice do turismo igual a 2;
- Participação dos serviços - acima dos 60% do PIB
- Cadeia de valor – aumentar os gastos no destino para 70% - criar uma massa crítica de serviços associados no destino;
- Participação activa do empresariado nacional na cadeia de valor – duplicar o numero de empresas nacionais e a sua contribuição para o turismo.
- Dinamizar os outros sectores de actividade – cultura, agricultura, pecuária, artesanato, entretenimento, serviços financeiros, TIC´s, Transportes; pescas.
- **Aumentar o IDE no sector – Crescimento de 20% ao ano;**

6: Os nossos objectivos para os próximos 5 anos

- o Aumento da estadia média para 7 dias;
- o Aumento do emprego directo - **duplicar o número de emprego criados pelo sector** gerado pela actividade turística (até 2016);
- o Captação de receitas de turismo na ordem dos 500 milhões de euros/ano em 2016.

7: Que acções realizar para concretizar os objectivos

- Criar um sector privado forte, com capacidade financeira e know how – estabelecimento de parcerias e acordos com grandes players internacionais.
- Diversificar os mercados e qualificar a oferta – reforma institucional do sector (foco no aumento da capacidade de regulação técnica e fiscalização dos operadores; criação *tour operator* endógeno).
- Desenvolver e consolidar o destino sol e Praia/Cultura – implementar a estratégia que já existe.
- Desenvolver o turismo de cruzeiro – infra-estruturas: realizar infra-estruturas que permitam acomodar este tipo de embarcação; contemplar a criação de núcleos de serviços que permitam aumentar a capacidade de absorção. Estado deve ter um papel activo na qualidade.
- Promoção do turismo de saúde e de terceira idade – implementar a estratégia sectorial
- Promoção do turismo residencial - implementar a estratégia sectorial
- **Promoção do turismo Étnico** - implementar a estratégia sectorial
- **Promoção do turismo Rural e de natureza** - implementar a estratégia sectorial
- Desenvolvimento de novas rotas – estratégia de promoção já desenvolvida – transversal (txs aeroportuários, entre outros);
- Criação de um grande operador nacional - *tour operator* on line suportado por um sistema de transportes eficiente
- Promover a marca Cabo Verde – estratégia de promoção (100% da receita afecta à gestão do sector) - €1 por dia por turista
- Criação de linhas de financiamento e de garantia para o sector privado
- Resolução do problema dos transportes – ligações intermodais. Integração do sistema de transportes na estratégia da industria turística nacional; Reduzir o custo das viagens intercontinentais “low cost”.
- Internacionalização das empresas cabo-verdianas – negociar acordos de isenção de dupla tributação e protecção recíproca de investimentos – países chave a nível de origem de investimentos (UK; França, Alemanha).
- Criação de grupo económico turístico verticalmente integrado – *tour operator* nacional
- **Estruturação e organização interna do Sector**
- **Reforço institucional da Administração turística Central**

7: Que acções realizar para concretizar os objectivos

- Desenvolvimento de um vasto programa de apoio a certificação de empresas e produtos – inputs - cabo-verdianos - Made in cape verde – alicerçado no Instituto de Gestão de Qualidade e ADEI; trabalhar a intermediação e.g. no ramo agrícola - PPP.
- Melhoria do ambiente de negócios
 - Funcionamento do notariado
 - **Melhoria** do preço e da qualidade **dos serviços de**: internet, energia, água, aeroportos e fronteiras
 - Competitividade e previsibilidade fiscais
 - Balcão único para o investimento
 - Facilidade de acesso aos terrenos e segurança jurídica na custódia de activos imobiliários.
- Parceria entre os poderes públicos e a CTCV – activar um fórum chave entre o público e privado
- Criação de um tour operador nacional on line integrando o sistema de transportes
- Desenvolvimento da conta satélite do turismo – publicação regular de informação estatística sobre o sector e respectivo impacto em várias áreas sócio económicas.

Interacção com outros sectores

- Cultura e indústrias criativas
- Agricultura, Pecuária, Pescas
- Transportes e Ordenamento do território
- Indústria e Artesanato
- Comércio, serviços financeiros, serviços de saúde, TIC´s, construção
- Educação, formação e qualificação profissional